

3.6 Estratégia de Integração Ambiental do Território

A estratégia de integração ambiental do território introduz no plano o conceito de conexão de ecossistemas, que corresponde à ligação entre sistemas naturais preservados ou pouco antropizados.

A conexão ecológica responde à necessidade de manutenção dos aspectos funcionais dos ecossistemas, de estabelecimento de fluxo biótico e gênico e de outros aspectos de qualidade ambiental.

A fragmentação e o isolamento de sistemas naturais vêm ocorrendo pela expansão das ocupações urbanas e rurais, muitas vezes de forma difusa, e pela expansão do sistema viário. O plano enfrenta o problema com a identificação daqueles espaços que estão vocacionados para a conexão ecológica e com a definição de uma estratégia específica que estabelece diretrizes capazes de orientar políticas e ações para sua proteção, recuperação e uso adequado.

Para uma melhor compreensão dos conectores ambientais, faz-se necessário estabelecer um paralelo com a estratégia de conservação ambiental de corredores ecológicos, também incluída na concepção da estratégia de integração ambiental do território.

Os dois conceitos se pautam na concepção de ligação entre espaços naturais que permita a dispersão de fauna e flora, e a

manutenção de funções ecológicas. Estudos comprovam que há sempre uma maior sobrevivência de espécies, menor perda biótica tanto no número de espécies quanto na quantidade de indivíduos, naquelas áreas preservadas de ecossistemas que estão conectadas, mesmo que de forma tênue (QUAMMEN,1997). A distinção entre corredores e conectores está na abordagem do tema, em termos de abrangência e exigências para sua configuração.

O corredor ecológico tem sua definição estabelecida no SNUC (Lei Federal nº 9.985/2000, art 2º, inciso XIX) como “porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam, para sua sobrevivência, áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais”. O referido diploma legal vincula os procedimentos relacionadas a delimitação e implementação dos corredores ecológicos ao plano de manejo das unidades de conservação (art. 27). De forma que para a delimitação de corredores ecológicos pressupõe-se a realização de estudos de representabilidade dos ecossistemas e para estabelecimento de prioridades de conservação, cuja realização pode ser vinculada ao Zoneamento Ecológico Econômico do DF.

O conector ambiental é um conceito que está sendo introduzido no plano com a finalidade de resgatar a vocação socioambiental de certos espaços de ligação entre ecossistemas. A sua delimitação parte, de maneira bastante simplificada, de informações do diagnóstico físico-ambiental, que identificou sistemas ambientais, e da própria configuração do território. Os estudos mais aprofundados sobre os ecossistemas estão indicados como uma das ações necessárias a implementação da estratégia, e que, certamente, viriam demonstrar como estas áreas poderiam ser incluídas, ou não, na estratégia mais ampla dos corredores ecológicos.

A estratégia de integração ambiental do território propõe tratamento integrado e articulado aos espaços vocacionados para a função sócio-ambiental de conexão de ecossistemas, contribuindo, desta forma para a manutenção da qualidade de vida urbana e rural.

Os conectores ambientais identificados no plano correspondem a porções do território dispostas linearmente que mantêm ambientes preservados, tais como fragmentos de vegetação nativa, ou estrutura física e ambiental própria, tal como vales fluviais, que por estes aspectos possibilitam a conexão funcional entre ecossistemas.

Ao longo de um conector ambiental encontram-se áreas institucionais (Embrapa, Aeronáutica, etc.), parques, unidades de conservação, Áreas de Preservação Permanente e espaços de destinação urbana e rural. A

configuração de um conector exige a adoção de procedimentos de gestão integrada e articulada deste mosaico de espaços, bem como realização de intervenções que tornem evidente a função socioambiental para qual estes espaços estão vocacionados, tais como a institucionalização de outras áreas legalmente protegidas e a implantação de parques lineares urbanos.

Na presente estratégia estão definidas ações de:

- integração e articulação da gestão das unidades de conservação e demais áreas protegidas;
- criação de parques lineares com a finalidade de interligar unidades e áreas protegidas, já constituídas, e estabelecer espaços contínuos, que reforcem a vocação de conexão;
- recuperação e manutenção das Áreas de Preservação Permanente ao longo dos cursos d'água compreendidos em conectores localizados em ambiência rural ou urbana;
- demarcação das reservas legais de propriedades rurais em áreas que estabeleçam, sempre que possível, espaços contínuos e compatíveis com a função de conexão entre ecossistemas;
- articulação com as instituições federais responsáveis por áreas vocacionadas para a função de conexão entre ecossistemas, com a finalidade de proteção e manutenção destes espaços ;

- incentivo ao desenvolvimento de atividades compatíveis com a proteção do meio ambiente, tais como ecoturismo, agroecologia, entre outras;
- realização de pesquisas e estudos acerca da biota local e fluxo gênico, que a configuração de conexão entre ecossistemas propicia.

Torna-se importante considerar a ambiência – urbana ou rural – em que se encontram os diversos conectores ambientais, no sentido de valorizá-los e qualificá-los também em relação ao seu entorno, e favorecer as medidas necessárias de proteção, manutenção e recuperação. Em ambiência urbana, estes espaços trazem maior qualidade de vida para as comunidades vizinhas, uma vez que podem contribuir para o lazer. Já em ambiência rural, reforça-se sua destinação para a conservação e para o desenvolvimento de atividades compatíveis com a proteção do meio ambiente, tais como ecoturismo, agroecologia, entre outras.

A indicação de conectores no PDOT não pretende esgotar todas as possibilidades de conexão entre ecossistemas no território do Distrito Federal. Foram estabelecidas as conexões mais evidentes e com maior possibilidade de gestão integrada. Privilegia-se, de fato, a potencialidade que os espaços oferecem em termos da função socioambiental de conexão de ecossistemas.

Na perspectiva acima apontada, foram indicados os seguintes conectores ambientais:

- Embrapa – segue da área da Embrapa localizada entre as localidades urbanas de Sobradinho e Planaltina, ao longo do curso do córrego Atoleiro até sua junção ao rio São Bartolomeu;
- Torto – ao longo do curso do ribeirão do Torto e sua foz no Lago Paranoá;
- Bananal – ao longo do curso do córrego Bananal e sua foz no Lago Paranoá;
- Paranoá – ao longo do curso do rio Paranoá, sendo incorporado o Lago Paranoá;
- São Bartolomeu – segue da Estação Ecológica de Águas Emendadas, pela bacia do Pípiripau e ao longo do curso do Rio São Bartolomeu;
- Taguatinga/Ipê – segue da ARIE JK a ARIE do Ipê;
- Reserva do Guará/Riacho Fundo – segue da Reserva do Guará, ao longo dos cursos dos córregos do Guará e Riacho Fundo até a sua foz no Lago Paranoá;
- Ribeirão do Gama - ao longo do curso do Ribeirão do Gama e sua foz no Lago Paranoá
- Jardim Botânico/São Sebastião – segue da Estação Ecológica do Jardim Botânico e ao longo do curso do ribeirão Santo Antônio da Papuda até sua foz no rio São Bartolomeu;
- Alagado – segue da Estação Ecológica da UnB e ao longo do curso do ribeirão Alagado;

- Saia Velha - segue da Estação Ecológica da UnB e ao longo do curso do ribeirão Saia Velha.

A estratégia indica, ainda, algumas áreas para intervenção específica, que podem, a partir da realização de estudos ambientais e da articulação com instituições da esfera federal, ser objeto de projetos que institucionalizem o tratamento a ser conferido a cada um destes espaços.

MAPA 20 - ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO AMBIENTAL DO TERRITÓRIO

